

DESPACHO
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/CSet - SEJUSP/PAD Nº 330/2023, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 13 de julho de 2023, bem como no Parecer nº 559/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC./2024, aplica a penalidade de SUSPENSÃO de 10 (dez) dias ao processado WELIGTON ROCHA LUZ - MaSP 1.220.329-5, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, lotado no Presídio de Mantena I à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 4 de novembro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedido de reconsideração apresentado por PAULO JOSE GONÇALVES - MaSP 1.380.629-4, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/CSet - SEJUSP/PAD Nº 290/2022, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 16 de maio de 2024, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 749/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC./2024. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do recorrente acima qualificado. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 4 de novembro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 042/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 16 de fevereiro de 2022, bem como no Parecer nº 730/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC./2024, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de DAYANE GOMES DE SOUZA - MaSP 1.444.977-1, ocupante do cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 1, lotada no Centro Socioeducativo São Jerônimo à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa da processada acima qualificada e do advogado Gabriel Valadares S. L. Costa OAB/MG 168.407. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 4 de novembro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 301/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 19 de julho de 2022, bem como no Parecer nº 680/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC./2024, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de MARCELO DE OLIVEIRA SILVA - MaSP 1.452.909-3, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, lotado no Presídio de Itabira I à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do advogado José Antônio de Alvarenga OAB/MG 148.178. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 4 de novembro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 447/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 22 de setembro de 2022, bem como no Parecer nº 725/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC./2024, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de MARTIM DOS SANTOS - MaSP 374.558-5, Auxiliar Executivo de Defesa Social, em processo de aposentadoria, admissão 1, lotado na Diretoria de Transportes e Serviços Gerais, unidade integrante da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do advogado Luiz Fernando da Silva Santos OAB/MG 144.844. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 4 de novembro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO CAD
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 10 do Decreto Estadual 48.418/2022, resolve HOMOLOGAR o Termo de Ajustamento Disciplinar 287/2024, pelo prazo de 6 (seis) meses, em que figura como compromissário(a) R.A.M., em razão do descumprimento do artigo 216, incisos V e VI, c/c artigo 245 e seu parágrafo único, e artigo 246, inciso I, todos da Lei 869/1952, por suposta irregularidade no acompanhamento do contrato nº 339039.43.87.2742.17, que, em tese, deu ensejo a assunção de despesa, sem cobertura contratual, referente ao período de fevereiro a abril de 2019.

Belo Horizonte, SEJUSP, 4 de novembro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO CAD
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 10 do Decreto Estadual 48.418/2022, resolve HOMOLOGAR o Termo de Ajustamento Disciplinar 299/2024, pelo prazo de 6 (seis) meses, em que figura como compromissário(a) E.A.S., pelo suposto descumprimento dos artigos 216, incisos IV, V e VI, c/c artigo 245 parágrafo único e art. 246, inciso I da Lei 869/1952 por, em tese, faltar com urbanidade ao se referir de forma desrespeitosa a servidor durante conversas em grupo de aplicativo "WhatsApp", no dia 02/12/2023.

Belo Horizonte, SEJUSP, 4 de novembro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO CAD
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 10 do Decreto Estadual 48.418/2022, resolve HOMOLOGAR o Termo de Ajustamento Disciplinar 217/2024, pelo prazo de 6 (seis) meses, em que figura como compromissário(a) J.K.N.L., pelo suposto descumprimento do artigo 216, incisos IV, V e VI, c/c artigo 245, caput e parágrafo único, da Lei 869/1952, ao, em tese, praticar falta de urbanidade no dia 27/08/2023.

Belo Horizonte, SEJUSP, 4 de novembro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO CAD
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 10 do Decreto Estadual 48.418/2022, resolve HOMOLOGAR o Termo de Ajustamento Disciplinar 286/2024, pelo prazo de 1 (um) ano, em que figura como compromissário(a) R.J.M.S., pelo suposto descumprimento dos artigos 216, incisos VI e IX, c/c artigo 245 parágrafo único e art. 246, inciso I da Lei 869/1952 por, em tese, utilizar impressora pertencente à Unidade Prisional para fins pessoais no dia 17/08/2022.

Belo Horizonte, SEJUSP, 4 de novembro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE DE TAD
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 14º do Decreto Estadual nº 14.418/2022, de 16 de maio de 2022, considerando o cumprimento dos Termos de Ajustamento Disciplinar – TAD nº 157, 158 e 159/2024, declara EXTINTAS AS PUNIBILIDADES em relação a C.S.F., D.A.R. e M.F.S., e o consequente arquivamento da Investigação Preliminar nº 2023.0500.0008.

Belo Horizonte, SEJUSP, 4 de novembro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE DE TAD
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 14º do Decreto Estadual nº 14.418/2022, de 16 de maio de 2022, considerando o cumprimento do Termo de Ajustamento Disciplinar – TAD nº 166/2024, declara EXTINTA SUA PUNIBILIDADE em relação a H.L.F., e o consequente arquivamento da Investigação Preliminar nº 2023.0734.0011.

Belo Horizonte, SEJUSP, 4 de novembro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE DE TAD
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 14º do Decreto Estadual nº 14.418/2022, de 16 de maio de 2022, considerando o cumprimento dos Termos de Ajustamento Disciplinar – TAD nº 211, 212 e 213/2023, declara EXTINTA A PUNIBILIDADE em relação a K.V.S., M.A.M.L. e N.G., e o consequente arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 395/2023.

Belo Horizonte, SEJUSP, 4 de novembro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE DE TAD
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 14º do Decreto Estadual nº 14.418/2022, de 16 de maio de 2022, considerando o cumprimento do Termo de Ajustamento Disciplinar – TAD nº 149/2022, declara EXTINTA SUA PUNIBILIDADE em relação a F.J.L., e o consequente arquivamento do processo SEI 1520.01.0002788/2022-12.

Belo Horizonte, SEJUSP, 4 de novembro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE DE TAD
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 14º do Decreto Estadual nº 14.418/2022, de 16 de maio de 2022, considerando o cumprimento do Termo de Ajustamento Disciplinar – TAD nº 175/2023, declara EXTINTA SUA PUNIBILIDADE em relação a S.M.R., e o consequente arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 599/2022, no que lhe diz respeito.

Belo Horizonte, SEJUSP, 4 de novembro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EDITAL DE CHAMAMENTO
O Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 323/2024, Joelson Fontes Dias, conforme PORTARIA/NUCAD/CSet - SEJUSP/PAD Nº 323/2024, publicado no Diário Oficial de Minas Gerais, em 09/10/2024, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, CONVOCA E CITA, durante 08 (oito) dias consecutivos, o processado no cargo de Policial Penal, SERGIO DA ROSA GOMES - MaSP 1.389.024-9, para comparecer perante esta Comissão Processante, instalada na Rua Tenente Guimarães, nº: 535 – Bairro Nova Era - CEP: 36.087-070 – Juiz de Fora – MG. 4º RISP - Mezanino, nos dias úteis, das 07:00 às 16:00 horas, endereço eletrônico: nucad.f.sejusp@gmail.com, telefone: (32) 98822-1312, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da 8ª (oitava) e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente, tomar conhecimento de seu respectivo Processo Administrativo Disciplinar, acompanhar sua tramitação, solicitar diligências, juntar documentos, apresentar rol de testemunhas e defesa para os fatos ocorridos no âmbito da Penitenciária de Juiz de Fora I - José Edson Cavalieri, unidade integrante da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, atribuídos que caracterizam, em tese, ilícitos administrativos, conforme portaria inaugural, conduzta esta que, se comprovada, remete ao descumprimento do disposto no artigo 216, incisos V e VI, c/c artigos 245, caput e parágrafo único, e 246, inciso I, com incidência no artigo 250, incisos I e V, todos da Lei 869/52, estando sujeito a uma das penalidades descritas no artigo 244, incisos I, III ou VI do referido Diploma Estatutário, sob pena de REVELIA e designação de defensor “ex-offício”: SERGIO DA ROSA GOMES - MaSP 1.389.024-9 - PROCESSOADO NO PAD Nº 323/2024.

Juiz de Fora, 31 de outubro de 2024

Joelson Fontes Dias
Masp 1.171.622-2
Presidente de Comissão

31 2007041 - 1

PORTARIA SULOT Nº 15/2024, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2024.
ASUBSECRETARIADEGESTÃOADMINISTRATIVA,LOGÍSTICA E TECNOLOGIA, Ana Luisa Silva Falcão, no cumprimento dos deveres e atribuições estabelecidos pela Lei Federal nº. 8.666/1993, Lei nº. 10.520/2002, Lei Estadual nº 14.184/2002, Lei Estadual nº. 13.994/2001, Decreto Estadual nº. 45.902/2012, Resolução SEJUSP nº 41/2021, alterada pela Resolução SEJUSP Nº 155, de 24 de junho 2021 e delegação de competência publicada em 25 de agosto de 2021, considerando a apuração realizada e noticiada no Memorando.SEJUSP/DCO nº 2168/2024 (99914238), RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de Processo Administrativo Punitivo em desfavor da empresa INB COMERCIO LTDA, CNPJ: 43.029.546/0001-88, sediada na Avenida Aníbal de Macedo, n.º 855, 905, Bairro Arcadia, CEP 32.041-370, Contagem/MG, para:

1 - apurar suposta responsabilidade ocorrida no Pregão Eletrônico 1451044 143/2024, cujo objeto é a “Aquisição de MOBILIÁRIOS, ELETRODOMESTICOS E MALETA PARA NOTEBOOK, sob a forma de entrega integral, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência”, por parte da empresa INB COMERCIO LTDA, causando atraso e fracasso em lotes do certame, tendo em vista que: a) o licitante não honrou com sua proposta, com relação ao LOTE 02, vindo a desrespeitar o subitem 7.3.1 do Edital e subitem 7.2.1.1 e 7.4.1 do Termo de Referência; b) o licitante deixou de entregar documentação exigida para o certame com relação ao LOTE 03; c) o licitante deixou de entregar documentação exigida para o certame, ao ter apresentado a proposta com especificações diferentes da solicitada em edital com relação ao LOTE 05.

Parágrafo único. Os supostos ilícitos administrativos enquadram-se nos incisos II e IV do art. 3º da Resolução N. 49 GAB. SEAP. de 23 de outubro de 2017, sendo puníveis com as sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88, da Lei Federal nº. 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002.

Art. 2º. Para tanto, CONVOCA-SE, desde já, a Comissão Processante Permanente da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – CPP/SEJUSP para instrução, processamento e conclusão de todo o procedimento, conforme as Resoluções SEAP nº 001/2017, nº 049/2017 e demais normativas correlatas.

Belo Horizonte, 01 de novembro de 2024.

Ana Luisa Silva Falcão
Subsecretária de Gestão Administrativa, Logística e Tecnologia

04 2008191 - 1

PORTARIA SULOT Nº 16/2024, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2024.
ASUBSECRETARIADEGESTÃOADMINISTRATIVA,LOGÍSTICA E TECNOLOGIA, Ana Luisa Silva Falcão, no cumprimento dos deveres e atribuições estabelecidos pela Lei Federal nº. 8.666/1993, Lei nº. 10.520/2002, Lei Estadual nº 14.184/2002, Lei Estadual nº. 13.994/2001, Decreto Estadual nº. 45.902/2012, Resolução SEJUSP nº 41/2021, alterada pela Resolução SEJUSP Nº 155, de 24 de junho 2021 e delegação de competência publicada em 25 de agosto de 2021, considerando a apuração realizada e noticiada no Memorando.SEJUSP/DCO nº 2170/2024 (99926167), RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de Processo Administrativo Punitivo em desfavor da empresa PEDRO AUGUSTO DE MATOS BOTELHO, CNPJ: 46.845.026/0001-31, sediada na Rua Henrique Amelio de Oliveira, n.º 41, apt. 203, sala 01, Bairro João Paulo II, CEP 37.901-360, Passos/MG, para:

1 - apurar suposta responsabilidade ocorrida no Pregão Eletrônico 1451044 143/2024, cujo objeto é a “Aquisição de MOBILIÁRIOS, ELETRODOMESTICOS E MALETA PARA NOTEBOOK, sob a forma de entrega integral, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência”, por parte da empresa PEDRO AUGUSTO DE MATOS BOTELHO, tendo em vista que o licitante não honrou com sua proposta, vindo a desrespeitar o subitem 7.3.1 do Edital e subitem 7.2.1.1 e 7.4.1 do Termo de Referência, causando atraso e fracasso no lote 05 do certame. Parágrafo único. O suposto ilícito administrativo enquadra-se no inciso IV do art. 3º da Resolução N. 49 GAB. SEAP. de 23 de outubro de 2017, sendo puníveis com as sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88, da Lei Federal nº. 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002.

Art. 2º. Para tanto, CONVOCA-SE, desde já, a Comissão Processante Permanente da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – CPP/SEJUSP para instrução, processamento e conclusão de todo o procedimento, conforme as Resoluções SEAP nº 001/2017, nº 049/2017 e demais normativas correlatas.

Belo Horizonte, 01 de novembro de 2024.

Ana Luisa Silva Falcão
Subsecretária de Gestão Administrativa, Logística e Tecnologia

04 2008193 - 1

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, torna público o cancelamento da Licença Ambiental abaixo identificada:

- LAS RAS: 1) Ophir Mineração Ltda - Mineração - Extração de Granito, Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, Manhuacu/MG, PA.SLA nº 2743/2020, Classe 2. Motivo: apresentação de informação, enganosa ou omissa, nos sistemas oficiais de controle.

(a) Dorgival da Silva
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata

04 2008307 - 1

Pauta da 16ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica Especializada de Planejamento - CTEP do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais - CERH/MG
Data: 14 de novembro de 2024, às 9h.
Endereço virtual da reunião:
http://www.youtube.com/channel/UCHu1iA462m8py3C1jJsl4w
1. Abertura pelo Presidente da Câmara Técnica Especializada de Planejamento - CTEP.
2. Execução do Hino Nacional Brasileiro.
3. Comunicado dos conselheiros.
4. Comunicado da Secretaria Executiva.
5. Continuidade da discussão quanto à revisão e atualização das Deliberações Normativas do CERH-MG nº 19/2006, 22/2008, 23/2008 e 35/2010. Processo SEI nº 2240.01.0005303/2024-96 (continuação). Responsável: Gerência de Apoio às Agências de Bacias Hidrográficas e Entidades Equiparadas (GEABE/Igma).
6. Assuntos gerais.
7. Encerramento.

Thiago Figueiredo Santana
Presidente da Câmara Técnica Especializada de Planejamento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais

04 2008287 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste, torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na Modalidade LAS/RAS abaixo identificadas:

1) Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig - Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento - João Pinheiro/MG. Processo: 3161/2024.
2) Longping High Tech Biotecnologia Ltda - Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despolpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes - Paracatu/MG. Processo: 3164/2024.

(a) Ricardo Barreto Silva

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste.

04 2008273 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - Licenciamento Ambiental Simplificado na modalidade LAS RAS:

1) Mineração Pico de Serra Ltda. - Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento, Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção, Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco e Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários – Cristália/MG - PA nº 3158/2024 ANM 833.162/2015 - Classe 2.

(a) Mônica Veloso de Oliveira.

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas.

04 2008345 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna público que foi INDEFERIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

*Licença Ambiental Simplificada (LAS RAS): 1) Posto das Pedras Ltda., postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Sete Lagoas/MG, Processo nº 1319/2024, classe 2. Motivo: descumprimento do disposto no art. 15 da DN/Copam 217/2017.

(a) Mateus Romão Oliveira

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

04 2008441 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram:

- LAS RAS - Licença Ambiental Simplificada: 1. EMS Locações e Transportes Ltda., Estação de tratamento de esgoto sanitário, Coronel Xavier Chaves/MG, PA nº 3163/2024, Classe 2. 2. Município de São Bento Abade, Estação de tratamento de esgoto sanitário, São Bento Abade/MG, PA nº 3165/2024, Classe 2. 3. Aethra Sistemas Automotivos S.A., Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores e/ou ferroviários, exceto embarcações e estruturas flutuantes, Pouso Alegre/MG, PA nº 3166/2024, Classe 3. 4. Sul das Gerais Empreendimento Imobiliário SPE S/A- Clia Pouso Alegre - Centro Logístico Industrial Aduaneiro, Distrito industrial e zona estritamente industrial, comercial ou logística, Pouso Alegre/MG, PA nº 3167/2024, Classe 3.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

1. Britamil - Brita, Concreto e Serviços de Engenharia Ltda., Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Muzambinho/MG, Processo nº 2979/2024. 2. Cooperativa Mista Agro Pecuaría de Paraguaçu Ltda., Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despolpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes, Paraguaçu/MG, Processo nº 2995/2024. 3. FazBetom Concreto Ltda., Usinas de produção de concreto comum, Santa Rita do Sapucaí/MG, Processo nº 2993/2024. 4. Indústria e Comércio de Laticínios Vale dos Buritis Ltda., Fabricação de produtos de laticínios, exceto envase de leite fluido, Monte Belo/MG, Processo nº 3049/2024. 5. SSA Soluções em Sistemas Automotivos Ltda., Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores e/ou ferroviários, exceto embarcações e estruturas flutuantes, Ouro Fino/MG, Processo nº 2996/2024. 6. Produtos Caseiros, Indústria e Comércio Fazenda Grande Ltda., Fabricação de vinagre, conservas e condimentos, Pouso Alegre/MG, Processo nº 2990/2024. 7. Green Motor Autopeças Ltda., Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores e/ou ferroviários, exceto embarcações e estruturas flutuantes, Camanducaia/MG, Processo nº 3104/2024. 8. Costa & Mendes Indústria e Comércio de Materiais Elétricos Ltda., Fabricação de eletrodomésticos e/ou componentes eletroeletrônicos, inclusive lâmpadas, Machado/MG, Processo nº 3084/2024. 9. Águas de Santo Antônio do Amparo SPE Eireli, Estação de tratamento de água para abastecimento, Santo Antônio do Amparo/MG, Processo nº 3083/2024. 10. 3 T Construções Ltda., Usinas de produção de concreto asfáltico, Illicinea/MG, Processo nº 3092/2024.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que foi finalizada a análise da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 06 (seis) anos:

1. Município de Andradas - ETE - Lot. Veredas da Serra e Veredas da Serra II, Estação de tratamento de esgoto sanitário, Andradas/MG, Processo SLA nº 1422/2024, CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público o arquivamento do processo abaixo identificado:

- Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS: 1) Cascalheira Santo Antônio do Engenho Ltda., Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Arceburgo/MG, PA.SLA nº 2241/2024, Classe 3. Motivo: Não atendimento às informações complementares.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas

04 2008379 - 1

Instituto Estadual de Florestas - IEF

Diretor-Geral: Breno Esteves Lasmar

REQUERIMENTO

O Supervisor Regional da URFBio Sul do IEF torna público que o requerente abaixo identificado solicitou autorização para Intervenção Ambiental, conforme o processo abaixo identificado:

José Ailton Ferreira e outro/Fazenda Dois Irmãos - CPF 06.***.***-52
- Tipo de intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo - Carmo do Rio Claro/MG - Processo SEI Nº 2100.01.0037625/2024-09 - em 04/11/2024.

(a) Ronaldo Carvalho de Figueiredo
O Supervisor Regional URFBio Sul

04 2008377 - 1

REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

O Supervisor Regional da URFBio Triângulo do IEF torna público que o requerente solicitou Autorização para Intervenção Ambiental, conforme processo abaixo identificado:

*Gilvan Antonio Junior/Fazenda São Félix- CPF ***.112.606-**- Supressão de cobertura vegetal nativa com destoca/Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas – Veríssimo/MG - Processo Nº 2100.01.0031735/2024-56 - em 04/11/2024.

(a) Carlos Luiz Mamede
O Supervisor Regional da URFBio Triângulo.

04 2008114 - 1

INFORMA AS CONCESSÕES DE AUTORIZAÇÕES PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

O Supervisor da URFBio Alto Médio São Francisco torna público que foram concedidas Autorizações para Intervenção Ambiental aos seguintes processos: *Joaquim Assis de Araújo/Fazenda Santo Antônio das Pedras (Manga Toco Preto) – CPF: ***.644.986-**- Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo em 40,1267 ha – São Francisco/MG – Processo SEI nº 2100.01.0029069/2024-64 – Validade: 03 (três anos), a contar da data da emissão: 01/11/2024; *Leonardo Veloso Barbosa e Outro/Fazenda Santo André – CPF: ***.731.821-**- Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo em 401,2167 ha; intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente em 0,1809 ha e ocorte ou aproveitamento de 993árvores isoladas